

A função da escola na Sociedade da Ignorância *The role of school in the Ignorance Society*

Claudia da Silva Gomes¹
Marcelo Leandro Eichler²

Resumo

O desenvolvimento de competências e habilidades visando ao desenvolvimento integral dos sujeitos é função da escola. Contudo, observa-se um mal-estar instaurado no ambiente escolar, percebido pela relativa apatia dos estudantes ao que entendemos por conhecimento. Essa postura sugere um vício epistêmico que recebe o nome de descaso epistêmico ou indiferença epistêmica. Este artigo reporta um relato de experiência a partir da prática de discussões e reflexões tensionadas em uma disciplina de pós-graduação em educação em ciências. Assim, através dos debates e leituras, constatou-se que, além dos problemas seculares que a escola segue enfrentando, faz-se necessário também ocupar-se do conhecimento sobre as formas de produção da ignorância e sobre as possibilidades de sua mitigação.

Palavras-chave: Filosofia da Educação; Agnotologia; Vícios Epistêmicos.

Abstract

The development of competencies and skills aiming at the integral development of subjects is one of the roles of school. However, there is an established uneasiness in the school environment, perceived by the relative apathy of students towards what we understand as knowledge. This stance suggests an epistemic vice that gets the name of epistemic neglect or epistemic indifference. This article details an experience report based on the practice of discussions and reflections in a postgraduate course in science education. Thus, through debates and readings, it was found that, in addition to the secular issues that the school continues to face, it is also necessary to focus on knowledge about the forms of production of ignorance and the possibilities of mitigating it.

Keywords: *Philosophy of Education; Agnotology; Epistemic Vices.*

1 Pedagoga, Mestre em Informática na Educação e doutoranda em Educação em Ciências (UFRGS). <https://orcid.org/0000-0001-9215-9358> email: claug@ufrgs.br

2 Licenciado em Química, Doutor em Psicologia do Desenvolvimento e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (UFRGS). <https://orcid.org/0000-0001-5650-9218> exlerbr@yahoo.com.br

Introdução

A formação docente e sua profissionalização está intimamente ligada ao projeto de nação de cada país e, no caso específico do Brasil, o processo formativo e profissional de licenciados percorreu uma trajetória com muitos desafios e, ao que tudo indica, ainda segue com questões um tanto desarticuladas. Seja pela (ainda) atual tentativa de superação do método tradicional de ensino, seja pela dificuldade na supressão de um ensino fragmentado e pouco significativo, verifica-se um equilíbrio entre o conhecimento técnico e a prática didático-pedagógica, onde os licenciados seguem em um caminho com muitas construções. Não obstante, a crescente desvalorização profissional, associada à precarização da formação, com elevados índices de migração para formação exclusivamente através da educação a distância (EAD), praticamente extingue a prática formativa presencial e dialógica com docentes e discentes.

Na contramão desse cenário, dispomos de um documento oficial norteador – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil da Educação Básica ao Ensino Superior (Brasil, 1996). Nele, ainda que vagarosamente, são encontradas pistas de ações em direção à melhoria da qualidade da Educação Básica e à qualificação dos profissionais da educação.

Em termos de políticas, a LDB trouxe o importante avanço que elevou o nível de formação dos professores responsáveis pelos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica; contudo, transpôs o foco de avaliação do tipo e da qualidade da formação ofertada para a Educação Superior. No que diz respeito aos componentes curriculares dessa formação, dispomos de Diretrizes Curriculares Nacionais, a exemplo da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC – Formação). Nesses documentos norteadores, estão dispostas as dimensões formativas, sob os aspectos do conhecimento, da prática e engajamento:

Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC - Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral (Brasil, 2019, p. 2).

Na prática, após a formação, espera-se que esses licenciados sejam capazes de formular propostas pedagógicas e, efetivamente, realizá-las, tendo como ponto de partida um processo de aprendizagem dinâmico e ativo, ou seja, onde o aprendente é sujeito na compreensão do mundo, na construção do seu conhecimento sobre ele, percebendo-se, ainda, como representante de uma parcela do conhecimento social. Ou seja, almeja-se desse profissional uma reconstrução de todo um conjunto de conhecimentos e, sobretudo, a adoção de uma nova postura intelectual em relação aos sujeitos e aos objetos da aprendizagem.

Neste artigo, faz-se um relato de experiência a partir de debates surgidos na disciplina Desafios para o Letramento Científico na Sociedade da Ignorância, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGECi) no primeiro semestre de 2023. A disciplina, organizada com 30h/a e ofertada para mestrandos e doutorandos, foi distribuída em semanas alternadas, com oito encontros presenciais, totalizando 20h/a, sendo complementada com atividades autônomas e no formato remoto. Entre os propósitos, além da discussão conceitual sobre a produção da ignorância na sociedade do conhecimento e a problematização acerca das relações entre o convívio dos letramentos científico e tecnológico, durante vários encontros, percebemos o quanto a escola é tensionada sobre a sua atual função. Em paralelo às discussões,

a vivência diária dos colegas, em sua totalidade profissionais da educação, também contribuiu para questionamentos e ilustrações de embates, tais como: formação docente X ambiente escolar real ou perspectiva escolar epistêmica X agnotologia. Assim, neste artigo, intenciona-se refletir um pouco mais, à luz do vivido na disciplina, sobre a escola ideal, a real e a que, possivelmente, ainda está por vir frente aos seus desafios.

1 Materiais e métodos

Valendo-se da experiência vivida no contexto acadêmico, da descrição, valorização através do esforço acadêmico-científico explicativo e empenho crítico-reflexivo com apoio teórico-metodológico (Mussi; Flores; Almeida, 2021), emprega-se este relato de experiência como uma ação de tensionamento quanto à função da escola frente aos novos desafios que se anunciam.

Sem esta pretensão inicial, a disciplina Desafios para o Letramento Científico na Sociedade da Ignorância, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, constituiu-se de uma atividade eletiva desenvolvida no primeiro semestre de 2023. Seus nove integrantes eram licenciados e profissionais da educação, sobretudo, da área do Ensino de Ciências, e cinco deles em exercício, em grande parte como docentes. A proposta inicial desafiante era o debate sobre a produção da ignorância e o estabelecimento de vícios epistêmicos instaurados na sociedade, sobretudo, nos contextos escolares. Contudo, o desafio maior parece ter sido instaurado quando tentamos pensar possíveis ações docentes para saneamento desses vícios, o qual perfazia um dos objetivos da disciplina: tentativa de realizar “alguma resposta mínima ao mal-estar generalizado com esse mundo bizarro no campo da educação em ciências”.

Como meio, além das discussões semanais e presenciais na turma de alunos, em paralelo, também havia atividades autônomas e em formato remoto, sendo disponibilizado um *drive* com 279 textos e artigos de livros e/ou periódicos de autores diversos que abarcavam a temática sob diferentes aspectos (político, científico, acadêmico, entre outros), bem como a formação de um grupo de mensagens eletrônicas, onde notícias semanais com conteúdo análogo eram debatidas. Oportuno dizer também que tanto as vivências pessoais como as práticas profissionais dos integrantes em muito ilustraram as leituras e reflexões sobre o aporte teórico disposto, o que comprovou que a teoria está sendo vivenciada e acompanhada na prática, ou seja, “o mundo bizarro” não é ficção, ele perfaz nossas realidades. Um mundo composto pelas perspectivas de luz e sombra na área de educação, coabitado pelas (des)pedagogias em um universo paralelo e invertido (Eichler, 2023).

Podemos dizer que, frequentemente, foi percebido o emaranhado no qual a escola está envolta. Evidenciou-se que já não se trata mais de – “apenas” – falta de reconhecimento, investimento, comprometimento, mas do estabelecimento de um novo sentimento: a indiferença. O desejo de saber, de conhecer, de compreender, de experienciar parece ter adormecido. A vida na tela, nas mensagens eletrônicas, no ciberespaço é mais rápida, simpática, palatável e, sobretudo, acessível, na medida que cabe na mão ou utiliza linguagem similar ao receptor. Ela não contraria, bastando um ajuste de filtros. Anestésica para alguns, nevrálgica para outros, mas o que mais interessa é que entretém.

Ao que parece, na sensação da incapacidade de lidar com o dinamismo da informação, a disponibilidade de tempo para conhecer passa a ser inoportuna. É preciso acelerar para acompanhar, afinal, a lei da vida é muito clara: quem fica para trás é perdedor. Nesse sentido, não há como negar que, de certa forma, a escola também possui o que chamamos de “mea

culpa”, pois, secularmente, a escola nunca foi e (possivelmente) nunca será para todos. O problema é que agora parece que sua significância se esvaiu.

Inegavelmente, chegamos a acreditar que a escola é parte integrante da sociedade enquanto ícone de formação e desenvolvimento humano e social, logo inerente à sociedade do conhecimento. Mas de qual conhecimento estaríamos mesmo falando? O mesmo da “Sociedade do Conhecimento”, ou, como diria Lima (2011), “Sociedade da Informação”, por tratar-se de um discurso ideológico contemporâneo com fascínio pelo tráfego de comunicações, o qual não promove o conhecimento em todos os seguimentos da sociedade; ao contrário, tem promovido, inclusive, algumas formas de ignorância. Então, a razão e a importância da escola parecem ser, também, postas em xeque na sociedade contemporânea. Eichler (2023) tensiona acerca de um (talvez) necessário movimento de “contracultura digital” na educação, problematizando a euforia dos discursos proselitistas com a “Sociedade do Conhecimento”, cada vez mais intensificada pelas tecnologias digitais.

2 Do ideal ao real

Vimos até aqui que a formação docente já parte de um cenário, na prática, deficitário, o qual vem convergindo para um sistema de retroalimentação de uma formação básica deficitária. Logo, o sistema escolar parece constituir-se sob a ótica de uma engrenagem secular a qual, na atualidade, é tida como um direito público subjetivo (direito-dever). Quando analisamos a prática docente, o cenário, infelizmente, também não sofre muitas alterações. Contudo, quando analisamos os sujeitos aprendentes, podemos verificar alterações vertiginosas.

Se, de um lado, temos a formação superior em massa de sujeitos licenciados através da EAD, por outro, temos um sistema escolar composto por uma gama de jovens e adolescentes ainda em formação demandando a presencialidade em nossas escolas. Na prática profissional, sob a ótica de orientadora escolar em uma Instituição Pública de Ensino Médio Profissionalizante, as queixas discentes se concentram em não visualização de sentido dos conteúdos abordados e preferência pela visualização de vídeos aleatórios sobre o conteúdo na internet. Quanto às queixas docentes, incorrem em apatia discente e disputa de atenção com seus celulares. Já no âmbito das famílias, não se encontra queixa, mas o acalento da plataforma YouTube, pois, mesmo que não possuam computador, seus televisores SMART conectarão uma fonte de informações validada como aulas de reforço escolar, as quais acreditam que possam auxiliar na superação das dificuldades de aprendizagem de seus filhos.

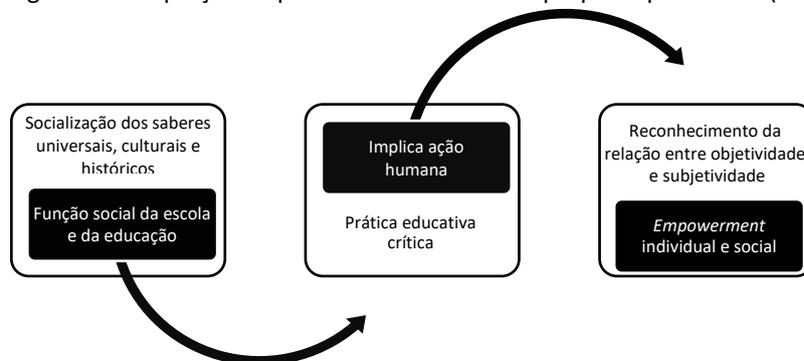
Assim, para tentarmos entender o atual cenário escolar, podemos empreender diversos esforços, a exemplo de uma possível relação ao que Cassam (2018) identifica como um vício relacionado ao conhecimento: o descaso epistêmico. O autor elucida essa característica como uma postura adotada sob o aspecto afetivo, no sentido de deixar-se afetar ou não. Vale ressaltar que não se trataria de uma adoção intencional de postura, mas pela total indiferença, o tão pouco deixar-se afetar, positiva ou negativamente. Tais vícios seriam posturas, atitudes ou estilos de pensamento que prejudicariam e até mesmo obstruiriam a manutenção ou difusão do conhecimento. Araújo e Eichler (2023, p. 151) alertam sobre possíveis impactos dos vícios epistêmicos na área de educação, especialmente em ciências, em razão de seu prejuízo potencial no processo de assimilação dos conhecimentos, podendo incorrer em “inúmeros intempéries”, a exemplo da disseminação de informações imprecisas no universo pandêmico da COVID-19.

O descaso epistêmico constitui-se de uma atitude frente aos objetos: conhecimento, provas e investigação. Uma atitude epistêmica de falta de interesse pelas provas, pela

investigação, pela descoberta de objetos ou respostas às questões. Curiosamente, contraria a força motriz da construção do conhecimento, do desenvolvimento cognitivo, que é o desejo de conhecer. A tal apatia percebida pelos docentes parece endossar Cassam (2018, p. 7, grifo nosso) quando menciona “[...] que a atividade de alargar o nosso conhecimento por meio de investigações que visam responder a questões é uma labuta entediante que não merece toda a nossa atenção”.

Se tal situação ainda não nos impacta, pensemos então na função social da escola e da educação, que é a socialização dos saberes universais, culturais e históricos produzidos pela humanidade. Pensemos minimamente na função da alfabetização. Para Giroux (2011), a alfabetização é em si uma prática política, dotada de significado para ambas as partes, ou seja, professor e aluno. Logo, o conceito exposto nos mostra que ele ultrapassa a constante visão da alfabetização apenas como prática libertadora, quando a restringe à noção de empoderamento do indivíduo apenas por tornar-se capaz de dominar a leitura e a escrita. Nesse sentido, as demais noções, concepções e intenções do uso deste aprendizado, tanto pelo professor, quanto pelo aluno, não são observadas. Trata-se, na verdade, de uma prática pedagógica que almeja a “alfabetização crítica”, definida pelo mesmo autor como uma construção social e ideológica e um movimento social. Movimento a partir da vivência em um tempo que não é estático e sob uma consciência crítica dos diversos saberes e possibilidade de articulação para seu melhor uso na sociedade. Nesse sentido, as vivências e saberes são chamados para uma conscientização crítica, independente de classe ou papel, pois o que é objetivado é a avaliação de uma melhor convivência em sociedade, com possibilidades de vida e liberdade humanas. Logo, “a alfabetização devia tornar-se uma pré-condição da emancipação social e cultural” (Giroux, 2011, p. 26), contrariando uma concepção restrita ao mero domínio do sistema alfabético.

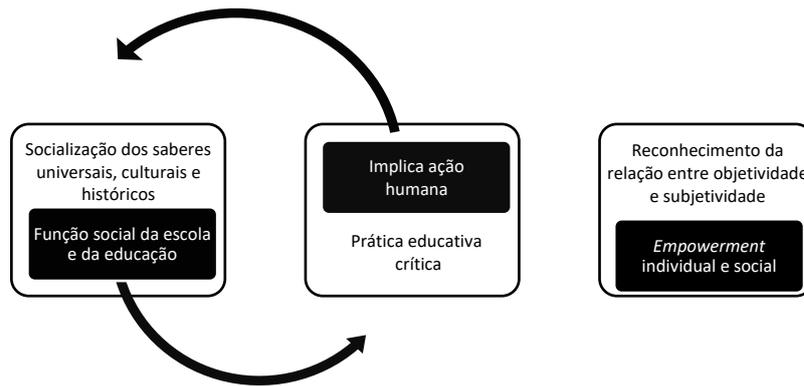
Figura 1 – Adaptação da prática educativa crítica proposta por Giroux (2011)



Fonte: Os autores (2024).

Assim, conforme o movimento pretendido a partir da implicação da ação humana ilustrada na figura 1, notadamente revela-se quão perigosa é essa apatia vivenciada, uma vez que o descaso epistêmico implica “uma indiferença à verdade ou à falsidade do que se profere” (Cassam, 2018, p. 3). Ou seja, se admitirmos como adequada essa função social da escola, poderíamos dizer que o descaso epistêmico estaria contribuindo para a recusa ao pertencimento social e político de nossos alunos?

Figura 2 – Adaptação do efeito do descaso epistêmico proposto por Cassam (2018)



Fonte: Os autores (2024).

O descaso epistêmico gera o vício epistêmico obstrucionista, censurável e repreensível, que, para Cassam (2018), é danoso para agentes de conhecimento na medida em que, como ilustra a figura 2, a prática educativa crítica não é praticada, tendo em vista a necessária ação humana no processo da consolidação educativa individual e social. Logo, parece surgir daí mais uma função da escola: o combate ao descaso epistêmico.

3 Conhecer para saber ou saber para conhecer

Durante um dos encontros da disciplina, uma provocação importante foi realizada pelo docente, ao fazer uma analogia ao suposto mal da escola e seu possível tratamento à prática de formação médica. De fato, médicos precisam estudar as funções do organismo humano, aspectos anatômicos, aspectos comportamentais de seus pacientes, entre outros, mas, principalmente, ocupam-se em compreender o mal do paciente para então poder tratá-lo de acordo com seus conhecimentos adquiridos e tecnologias acessíveis. Logo, sua principal ocupação é, sim, com a doença. No meio escolar, analogamente, o primor é o aluno “sadio”, já o “adoentado” é deslocado, excluído ou evadido. Mas e agora? A escola idealizada parece ter se transformado em uma Unidade de Pronto Atendimento lotada!

Na tentativa de iniciar uma análise das razões para tal lotação, podemos pensar no que Lima (2011) aponta como um grave equívoco, na medida em que chegamos a imaginar que, por estarmos em uma sociedade da informação, o conhecimento estaria dado e uniformemente difundido, sem espaços para a ignorância, no sentido de desconhecimento. Ledo engano, pois muitos vivem na obscuridade, vivem o “‘seu’ senso comum como se fosse uma ‘sabedoria ignorante’” (Lima, 2011, p. 24). Para ele, haveria oito tipos de ignorância: a por ingenuidade (ignorância sobre os efeitos de seus atos), a “douta ignorância” (consciência de que não sabe tudo na totalidade), a ignorância intencional ou resistente ao conhecimento (posição dogmática que recusa saber), a ignorância na escola (preconceito velado dirigido aos alunos e professores que são considerados leitores e/ou compradores compulsivos de livros), o “emburrecimento” dos professores (fadiga para exercitar o pensamento e, principalmente, a imaginação), a ignorância na internet (troca de trivialidades com uma linguagem cada vez mais cifrada e empobrecida), a ignorância do especialista (*expert* sem sabedoria prática) e a ignorância produzida pelo superego pós-moderno (atitude predadora de desfrutar tudo sem limites: da natureza ou dos seres vivos).

Para Lima (2011, p. 27) a mais perigosa é a ignorância intencional ou resistente ao conhecimento, parecendo ser a que se instalou na escola contemporânea:

A ignorância intencional parece adentrar a escola contemporânea. Uma pesquisa detectou que 40,3% dos alunos brasileiros de 15 a 17 anos não têm interesse para

aprender e por isso abandonam a escola, enquanto 27,1% saem por razões de trabalho e renda. (...) existem muitos alunos que não retornam à escola porque necessitam trabalhar, mas a pesquisa aponta que um número significativo de alunos não gosta de estudar; o ensino não atraente, a falta de perspectiva sobre que fazer com conteúdo aprendidos, a distância casa-trabalho-escola, tudo isto contribui para tal abandono. Os professores foram formados para um tipo ideal de aluno predisposto para o aprendizado escolar e em transferência positiva para com o lugar do mestre.

Tratar-se-ia de um tipo de ignorância que, por vezes, envolve-se em uma capa de autossuficiência e arrogância em seu estilo de viver e falar. Similarmente ao que é vivido e ouvido, seja por parte de alunos, seja por parte de professores, as repetidas falas no ambiente escolar de que tudo parece inútil, sem sentido ou até mesmo incômodo, seja o conteúdo ou a presencialidade, beira a aversão ao ambiente. Ao que parece, e igualmente fora discutido com o grupo da disciplina, o lugar mais confortável e confortante para esses sujeitos é estar consigo mesmo, agarrado e na defensiva de seu senso operante. Então, temos uma situação alarmante se considerarmos a ótica do autor, uma vez que, para ele, a repetição à compulsão desse tipo de ignorância levaria o sujeito à alienação e à barbárie ou, inclusive, ao fanatismo, tal como uma paixão capaz de ignorar o todo maior.

Vivemos uma situação paradoxal: uma escola que (ainda) tenta a rompimento com os métodos tradicionais de repetição, memorização e diretividade X um universo de possibilidades tecnológicas, com ferramentas diversas e incrementos para o impulsionamento da criatividade. Mas “nem todas as implicações destas novas tecnologias têm um caráter promissor em relação ao futuro” (Martinez, 2022, p. 47) ou seja, pode tratar-se de uma cilada, com impactos políticos, econômicos e sobre o “sentido da vida”. Trata-se do impacto sobre os empregos, na medida em que o temor da perda amplia concessões e tolerâncias. Há a vivência do ócio e do tédio como desencadeadores de sentimentos de incapacidade e desesperança; a centralidade de informações que permitem certa manipulação de comportamentos, associando-a a interesses financeiros, além da desigualdade no mercado cultural, sobressaindo-se culturas hegemônicas nesse ambiente globalizado.

Pode-se chegar a pensar em uma saída para tal crise: a Educação Permanente. No fundo, trata-se do que fora mencionado inicialmente neste artigo, ou seja, de um projeto enquanto Nação. A educação permanente como um dever social irrefutável, em tempo prolongado para a autoformação e promoção da autonomia intelectual. Nesse sentido, sugere-se, também, a modificação e valorização da Educação Superior, o desenvolvimento contínuo de capacidades e competências, além da reorganização dos campos da ciência e da arte. Contudo, esse projeto também sofre críticas, na medida em que busca um substituto para o trabalho e a satisfação dos requisitos de cidadania, além de não conter a necessária provisão de meios tecnológicos dispostos democraticamente.

A defesa, então, é de uma educação que combine a educação política e a educação tecnológica, com vistas a uma realidade democrática. Alerta-se, ainda, que a *tecnopatia* é ilusória ou mesmo uma conduta irresponsável, pois se constitui como uma postura de indiferença ou crítica ao desenvolvimento das ciências e da tecnologia como agentes de desencantamento do mundo. Na verdade, para Martinez (2022, p. 48), a crise estaria no abismo entre a educação política e a tecnologia na sociedade atual:

Em primeiro lugar, porque a tecnologia tornou-se meio e forma de produção e de poder predominante e homogêneo. Em segundo lugar, porque, feita essa constatação, toda a forma de produção de saber o é também de poder. E se “saber é poder”, pensar em tecnologia é pensar em poder, e vice e versa.

Brey, Innerarity e Mayos (2009) também nos auxiliam nessa compreensão quando afirmam que a sociedade do conhecimento se transformou em uma nova utopia, uma esperança para tempos desesperados, quase a única expectativa coletiva que nos permite olhar para o futuro com certa ilusão. Na verdade, tratar-se-ia de uma nova etapa de um sistema capitalista de livre mercado, incorporando o conhecimento à tríade dos fatores de produção – terra, trabalho e capital. À luz de outras discussões, os autores reiteram o quê, de fato, perfaz o conhecimento: produto de um resultado interno de processamento de informações obtidas através de sentidos, mesclados com os conhecimentos prévios e elaboração de estruturas, as quais permitem entender, interpretar e tomar consciência do que nos rodeia e acerca de nós próprios. Já a informação simplesmente provém do exterior, não sofrendo processos mentais. Logo, o que se percebe é o quanto vamos sendo iludidos por uma falsa aquisição de “conhecimento” e, em alguns casos, evoluindo para a infociação (ou infotoxicação, como uma dificuldade crescente para discriminar o importante do supérfluo e selecionar de fontes confiáveis). Como vemos, na verdade, trata-se de uma estagnação de nossa capacidade vital, rumo a um enriquecimento em ignorância, ou seja, caminhamos rumo à Sociedade da Ignorância.

Considerações finais

A percepção de que algo vai mal na sociedade não se trata propriamente de uma novidade pois, de certa forma, a insatisfação é inerente ao ser humano. De fato, não é de todo o mal, pois justamente envoltos nesse sentimento de inconformidade é que tendemos a nos desenvolver, a nos movimentarmos na busca de soluções que nos satisfaçam e ou nos aquietem. Neste artigo, procurou-se demonstrar parte das inquietações que nortearam a disciplina Desafios para o Letramento Científico na Sociedade da Ignorância, ofertada em um programa de pós-graduação na área de Educação. Ainda que as provocações tenham sido diversas, sob os aspectos políticos, científicos, midiáticos, a questão da funcionalidade da escola na contemporaneidade, imersa em uma sociedade adocida pela ignorância, foi o mote deste artigo.

Importante destacar o quanto das discussões, das interações e dos apontamentos ampliaram nossas visões, por vezes adormecidas ou despercebidas, o que denota a riqueza da presencialidade do outro e do diferente. Temática essa que tensionou inicialmente a escrita, fruto de nossas interações e da percepção na prática profissional da autora: quase aversão à presencialidade escolar, apatia discente, competição docente da atenção com o celular, verbalização de não encontro de sentido em nenhum conteúdo e validação acrítica de conteúdos de plataformas. Talvez seja esta a palavra que sintetize o aparente sentimento de ambos: despropósito. Avançando nas discussões, fomos aos poucos identificando os velhos fatores negativos que circundam a escola: métodos de ensino e aprendizagem equivocados, desvalorização, precariedade formativa, fragmentação curricular, critérios avaliativos, parco letramento científico; enfim, um certo número de precariedades que denotam o quanto a escolarização não faz parte de um projeto enquanto nação.

A partir daí, o mal-estar instaurado vai sendo, aos poucos, elucidado quando passamos a olhar o macro, pois já não se trata mais de um episódio na escola X ou Y. O mal-estar toma conta de nossas casas, de nossa sociedade, de nações. A partir das leituras críticas, vamos também observando certa intencionalidade de alguns, culminando no que podemos chamar de descaso epistêmico. Aquela força motriz inicial da inquietude e da evolução vai se esvaindo, dando espaço a uma analgesia social e ao desejo em conhecer. Tal processo contraria justamente a função social da escola que é o desenvolvimento integral do ser humano, entre os quais o combate à ignorância. Contudo, podemos perceber que a ignorância não é única, não se tratando apenas do “desconhecimento de algo”, uma vez que ela ocupa vários papéis e sentidos.

Logo, aos reconhecermos essa amplitude conceitual, parece emergente não apenas sermos vigilantes conosco mesmos, mas também, enquanto profissionais da educação, pensarmos nas políticas educacionais e nas políticas sociais, as quais abarcam o nosso dever de cuidado com as políticas de produção da ignorância, o que também é chamado de Agnotologia (neologismo criado pelo jornalista e historiador estadunidense Robert N. Proctor, compreendendo o estudo das políticas de produção da ignorância). Ou seja, parece que necessitamos incluir mais um item na base de conhecimentos universais a serem trabalhados nas escolas, em nossas casas, no trabalho, enfim, em todos os ambientes sociais. É necessário repensarmos o quanto essa sociedade em processo de manutenção constante da ignorância tolhe - e vem tolhendo cada vez mais - nossas capacidades de desenvolvimento integral.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, L.; EICHLER, M. Os vícios epistêmicos na sociedade da ignorância: as obstruções geradas pelo descaso epistêmico e suas manifestações. *In: ENCONTRO INTERINSTITUCIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS*, 1., 2023, Porto Alegre. **Resumos** [...]. Cajazeiras: AINPGP, 2023. p. 151-153.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2/2019**. Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa. Civil. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

BREY, A.; INNERARITY, D.; MAYOS, G. **La sociedad de la ignorancia**: y otros ensayos. Barcelona: Infonomia, 2009.

CASSAM, Q. Epistemic Insouciance. *Journal of Philosophical Research*, v. 43, p. 1-20, 2018. DOI: 10.5840/jpr2018828131.

EICHLER, M. Celebrar a resistência: a experiência de discussão de livros na viagem. *Revista Debates em Ensino de Química*, v. 9, n. 3, p. 280-293, 2023. DOI:10.53003/redequim.v9i3.5601.

GIROUX, H. Alfabetização e a pedagogia do *empowerment* político. *In: FREIRE, P.; MACEDO, D. Alfabetização: leitura do mundo leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 25-54.

LIMA, R. Sobre a ignorância: efeitos na educação contemporânea. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 120, p. 22-35, 2011.

MARTINEZ, V. As profecias da sociedade informática. *Revista Novos Rumos*, n. 25, p. 46-49, 2022.

MUSSI, R.; FLORES, F.; ALMEIDA, C. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista Práxis Educacional*, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i48.9010.